

## Breve histórico

Em 2018, o escritório inglês Pogust Goodhead, anteriormente denominado SPG Law, ajuizou uma ação no Reino Unido contra BHP Group Ltd e BHP Group (UK) Ltd (antiga BHP Group Plc), representando um grupo de autores brasileiros em busca de indenização por supostos danos alegadamente decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015.

A barragem de Fundão era de titularidade e operada pela Samarco Mineração S.A., que, por sua vez, é uma *joint venture* (com operação autônoma e independente) com 50% de titularidade da Vale S.A. e os outros 50% da BHP Billiton Brasil Ltda.

Em novembro de 2020, a Corte Inglesa acolheu os argumentos da BHP e extinguiu a ação com base em regras referentes a abuso processual. Essa decisão foi revertida pela Corte de Apelação em 8 de julho de 2022, para permitir que o caso continuasse a tramitar no Reino Unido. Após intensas iniciativas do Pogust Goodhead para a captação de clientes em diversos municípios brasileiros, novos autores ingressaram

no processo em fevereiro de 2023 e, atualmente, a ação conta com cerca de 620 mil autores, entre indivíduos, municípios, pessoas jurídicas, grupos indígenas e instituições religiosas.

Apesar do número aparentemente expressivo de autores, muitos deles já foram beneficiados por programas previstos no Termo de Transação de Ajustamento e Conduta (TTAC), assinado em 2016 por Samarco, Vale e BHP Brasil com diversos entes públicos, como o governo federal e outros entes públicos, e por meio do qual foram estabelecidas medidas a serem implementadas visando a uma solução global, eficiente e efetiva, mediante a reparação integral dos impactos decorrentes do rompimento.

Dentre as principais previsões do TTAC, destaca-se a criação da Fundação Renova, que é uma fundação autônoma integralmente dedicada à implementação dos programas e medidas previstas no TTAC para a reparação integral dos impactos decorrentes do Rompimento.



## Fases do processo

### Primeira fase - Definição de jurisdição

Fase inicial do caso, já superada, em que se discutiu a jurisdição da Corte Inglesa para julgar o processo. Foi reconhecida a jurisdição da Corte Inglesa e determinado o prosseguimento da ação no Reino Unido.

### Segunda fase - Aferição de Responsabilidade

A segunda fase do processo trata da eventual responsabilidade da BHP pelos danos decorrentes do rompimento. Essa fase está em curso e, em outubro de 2024, haverá uma audiência com duração estimada de 14 semanas para se discutir a questão. Além de aspectos legais e fáticos relacionados à eventual responsabilidade da BHP, a Corte Inglesa decidirá também a respeito da prescrição das pretensões dos autores e dos efeitos dos acordos firmados e das quitações outorgadas por diversos autores no Brasil. Caso sejam acolhidos os fundamentos de defesa da BHP, o processo terminará nessa fase. Caso contrário, o processo prosseguirá para a terceira fase.

### Terceira fase - Definição de eventuais compensações

Se, na segunda etapa da ação, a BHP for considerada responsável pelos danos resultantes do rompimento da barragem, será iniciada a terceira etapa da ação, na qual será avaliado o direito de cada um dos autores à indenização pleiteada. Mais especificamente, a Tribunal inglês deve decidir se os danos alegados pelos autores são indenizáveis e cada autor deve individualmente provar individualmente seus danos.

Portanto, mesmo que o processo avance para a terceira etapa, não há garantia de que os autores receberão qualquer tipo de indenização. Qualquer pagamento dependerá de novas decisões sobre os direitos individuais de cada autor, que definirão se o autor tem direito a receber algum pagamento e, em caso positivo, qual o valor a que tem direito.

Atualmente, a Corte inglesa agendou um julgamento de 22 semanas para avaliar essas questões a partir de outubro de 2026. Dada a complexidade do exercício de ter que determinar e aplicar os princípios para estabelecer e quantificar a perda de acordo com a legislação brasileira para mais de 620 mil demandantes não são esperados pagamentos antes de 2027/2028.



## 1. Qual o valor desse pleito?

Não há valores calculados ou definidos no estágio atual da ação. Embora o escritório inglês já tenha publicado em alguns veículos midiáticos uma estimativa de valor relativo ao caso, até o momento não foram apresentados elementos concretos capazes de justificar tal valor. Possivelmente, somente ao final da terceira fase da ação haverá alguma clareza a respeito do valor efetivamente envolvido.

## 2. Quem são esses autores?

São mais de 620.000 autores, entre indivíduos, municípios, instituições religiosas, pessoas jurídicas e membros de comunidades indígenas e tradicionais. Estima-se que ao menos 200 mil autores já foram beneficiados pelos programas indenizatórios desenvolvidos pela Fundação Renova no Brasil e já receberam indenização pelos danos sofridos (outorgando a respectiva quitação). Aproximadamente 35 mil autores ainda possuem pleitos indenizatórios no Brasil, seja no Sistema de Indenização Simplificado (Novel), outras vias extrajudiciais disponíveis ou no Poder Judiciário. Além disso, 100.000 autores já foram excluídos do processo no Reino Unido.

## 3. Quais são os pedidos indenizatórios, exatamente?

Os autores pleiteiam indenização por supostos danos materiais, morais e extrapatrimoniais alegadamente causados pelo rompimento. Os pleitos são pautados exclusivamente na legislação material brasileira e a análise de responsabilidade será feita pela Corte Inglesa também com base na legislação brasileira.

## 4. Qual a posição da BHP Brasil e da BHP?

A BHP Brasil sempre esteve e continua totalmente comprometida em fazer o que é certo para as pessoas atingidas pelo rompimento da barragem e continuará apoiando a Samarco e a Fundação Renova nos esforços abrangentes de reparação em andamento no Brasil. Um acordo definitivo e substantivo foi finalizado no Brasil que prevê a reparação dos impactos do rompimento da barragem de Fundão da Samarco e dará continuidade no trabalho de reparação e indenizações existentes. O valor total do acordo é de R\$ 170 bilhões (US\$ 31,7 bilhões), que incorpora os valores já investidos até o momento, além de pagamentos e obrigações futuras. Esse acordo é resultado de extensa consulta e engajamento por parte das empresas, governos federal e estadual, municípios e outras autoridades públicas, inclusive defensores públicos e promotores públicos, durante um longo período para atender às exigências das pessoas atingidas. Por sua vez, a BHP refuta integralmente os pedidos feitos na ação ajuizada no Reino Unido e continuará com sua defesa na ação, que é desnecessária e abusiva, uma vez que duplica questões já tratadas pelo trabalho existente e em andamento da Fundação Renova e por outros processos judiciais no Brasil.

## 5. A BHP vai cobrar algum valor dos autores que desistirem da ação no Reino Unido?

Não. Em carta enviada ao escritório Pogust Goodhead em 23

de novembro de 2021, a BHP informou expressamente que não tomará nenhuma medida para cobrança de honorários dos autores que desistirem da ação no Reino Unido, por qualquer motivo. Portanto, a declaração pública do escritório Pogust Goodhead de que a BHP cobraria honorários ou quaisquer valores dos autores é inverídica, não tem base legal e não foi precedida de consulta aos representantes da BHP. A BHP nunca adotou e não pretende adotar quaisquer medidas com vistas à cobrança de valores dos autores que desistirem da ação no Reino Unido (e nem mesmo no Brasil).

## 6. Quanto tempo o processo de remediação e indenização vai levar no Brasil? Por que está demorando tanto?

Os processos de remediação e indenização promovidos pela Fundação Renova no Brasil envolvem esforços significativos e muito já foi feito até o momento, com o pagamento de mais de R\$ 23 bilhões<sup>1</sup> a título de indenização para mais de 432 mil pessoas, e um desembolso total de mais de R\$ 38 bilhões no processo de reparação. Todos os esforços estão voltados para a efetiva reparação integral das pessoas impactadas pelo rompimento no Brasil. Não há qualquer razão para acreditar que uma resposta mais rápida seria alcançada no Reino Unido, onde não há nenhum sistema de remediação e indenização existente ou em andamento. O processo ajuizado no Reino Unido ainda se encontra em estágio inicial e levará um tempo considerável até a sua conclusão e eventual pagamento de indenização aos autores que tenham seus danos indenizáveis comprovados, caso a responsabilidade da BHP venha a ser reconhecida. Os mecanismos disponíveis no Brasil continuam sendo os meios mais eficientes e confiáveis para que as pessoas impactadas pelo Rompimento recebam suas indenizações e/ou prossigam com suas reivindicações pela via judicial.

## 8. Qual o atual status da ação e seus próximos passos?

O julgamento para discutir a eventual responsabilidade da BHP terá início em outubro de 2024 e tem duração estimada de 14 semanas. Nesse julgamento, não serão tratados os pedidos individualizados de cada autor. Caso, contrariamente à defesa da BHP, seja reconhecida a responsabilidade da BHP, o caso seguirá para a próxima fase, na qual os pedidos indenizatórios formulados pelos autores serão analisados individualmente, conforme a legislação brasileira. Somente se forem julgados juridicamente cabíveis e forem devidamente provados, é que os pedidos individuais serão quantificados e poderão resultar em uma ordem de pagamento em favor do autor.

No Brasil, mais de R\$ 38 bilhões já foram desembolsados pela Fundação Renova em ações de reparação, dos quais aproximadamente 50% foram pagos diretamente às pessoas atingidas por meio de indenizações individuais. Estima-se que mais de 200 mil autores no processo inglês já receberam indenizações no Brasil inclusive mediante outorga de quitação, o que corresponde a mais de R\$ 10 milhões, e é improvável que seja reconhecida qualquer compensação adicional na Inglaterra em favor desses mesmos autores.

<sup>1</sup>Mais de R\$ 23,3 bilhões foram pagos a indivíduos e comunidades por meio de (i) sistemas de indenização (R\$ 18 bilhões citados nas divulgações públicas anteriores), (ii) acordos judiciais, e (iii) reassentamento (juntos, (i) e (ii) somam R\$ 5,3 bilhões).